

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA
FIDEJUSSÓRIA, DA EÓLICA CHUI IX S.A.

ENTRE

EÓLICA CHUI IX S.A.,
COMO EMISSORA,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO,

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS,
COMO FIADORA

DATADA DE
17 DE OUTUBRO DE 2014



Pelo presente instrumento particular,

- (a) **EÓLICA CHUI IX S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Deputado Antonio Edu Vieira, nº 999, sala X1, CEP 88040-901, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 19.661.005/0001-93, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Emissora**");
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, Instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas titulares das Debêntures, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**"); e
- (c) **CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS**, sociedade por ações, de economia mista, com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, nº 409, 13º andar, Centro, CEP 20071-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.001.180/0001-26, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Fiadora**");

vêm, na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Eólica Chui IX S.A. ("**Escritura de Emissão**"), em observância às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DEFINIÇÕES

- 1.1. Sem prejuízo de outros termos definidos nesta Escritura de Emissão, os termos a seguir são utilizados nesta Escritura de Emissão, tanto no singular quanto no plural, com o significado estabelecido nesta Cláusula I, conforme segue:

1.1.1. "**AGE da Emissora**": possui o significado atribuído no item 2.1;

1.1.2. "**Agente Fiduciário**": possui o significado atribuído no item (b) do preâmbulo;



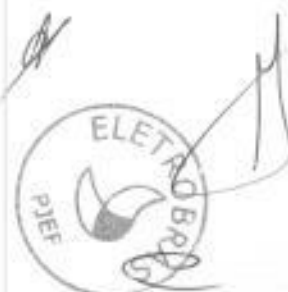
- 1.1.3. "Amortização": possui o significado atribuído no item 5.7.1;
- 1.1.4. "ANBIMA": possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.1.5. "Assembleia Geral de Debenturistas": possui o significado atribuído no item 10.1.1;
- 1.1.6. "Banco Liquidante de Emissão": possui o significado atribuído no item 11.1;
- 1.1.7. "CETIP": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.8. "CETIP 21": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.9. "Código Civil Brasileiro": possui o significado atribuído no item 5.8.2;
- 1.1.10. "Código de Processo Civil Brasileiro": possui o significado atribuído no item 5.8.2;
- 1.1.11. "Coordenador": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.12. "Coordenadores": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.13. "Coordenador Líder": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.14. "Contrato de Distribuição": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.15. "CVM": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.16. "Data de Emissão": possui o significado atribuído no item 5.1.8;
- 1.1.17. "Data de Vencimento": possui o significado atribuído no item 5.1.9;
- 1.1.18. "Debêntures": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.19. "Debêntures em Circulação": possui o significado atribuído no item 10.1.6;
- 1.1.20. "Debenturistas": possui o significado atribuído no item 5.1.5;
- 1.1.21. "Dia Útil": possui o significado atribuído no item 12.8.2;



- 1.1.22. **"Emissão"**: possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.23. **"Emissora"**: possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.24. **"Escritura de Emissão"**: significa o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Eólica Chuí IX S.A.;
- 1.1.25. **"Escriturador Mandatário"**: possui o significado atribuído no item 11.2;
- 1.1.26. **"Evento de Inadimplemento"**: possui o significado atribuído no item 6.1.1;
- 1.1.27. **"Fiadora"**: possui o significado atribuído no item (c) do preâmbulo;
- 1.1.28. **"Fiança"**: possui o significado atribuído no item 5.8.1;
- 1.1.29. **"IGP-M/FGV"**: significa o Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
- 1.1.30. **"Instrução CVM 28"**: possui o significado atribuído no item 9.2.4;
- 1.1.31. **"Instrução CVM 358"**: possui o significado atribuído no inciso (xviii) do item 7.1.1;
- 1.1.32. **"Instrução CVM 476"**: possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.33. **"Instrução CVM 400"**: possui o significado atribuído no inciso (xx) do item 7.1.1;
- 1.1.34. **"Investidores Qualificados"**: possui o significado atribuído no item 4.6.2;
- 1.1.35. **"Jornais de Publicação da Emissora"**: possui o significado atribuído no item 3.2.1;
- 1.1.36. **"JUCESC"**: possui o significado atribuído no item 3.2.1;
- 1.1.37. **"Juros Remuneratórios"**: possui o significado atribuído no item 5.6.1;
- 1.1.38. **"Lei das Sociedades por Ações"**: possui o significado atribuído no item 2.1;



- 1.1.39. "**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**": possui o significado atribuído no item 3.4.2;
- 1.1.40. "**MDA**": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.41. "**Notificação de Vencimento Antecipado**": possui o significado atribuído no item 6.1.3.2;
- 1.1.42. "**Novo Índice**": possui o significado atribuído no item 5.6.6;
- 1.1.43. "**Oferta Restrita**": possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.44. "**Período de Capitalização**": possui o significado atribuído no item 5.6.1.1;
- 1.1.45. "**Preço de Subscrição**": possui o significado atribuído no item 5.2.2;
- 1.1.46. "**Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo**": possui o significado atribuído no item 5.11.3;
- 1.1.47. "**Quorum Qualificado**": possui o significado atribuído no item 5.6.5;
- 1.1.48. "**RCA da Emissora**": possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.49. "**RCA da Fiadora**": possui o significado atribuído no item 2.2;
- 1.1.50. "**Resgate Antecipado Facultativo**": possui o significado atribuído no item 5.11.1;
- 1.1.51. "**Saldo na Data do Evento de Inadimplemento**": possui o significado atribuído no item 6.1.3.3;
- 1.1.52. "**Taxa DI**": possui o significado atribuído no item 5.6.1;
- 1.1.53. "**Taxa Substitutiva**": possui o significado atribuído no item 5.6.5; e
- 1.1.54. "**Valor Nominal Unitário**": possui o significado atribuído no item 5.1.1.



CLÁUSULA II - AUTORIZAÇÃO

- 2.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização deliberada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de setembro de 2014 ("**RCA da Emissora**") e em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 26 de setembro de 2014 ("**AGE da Emissora**"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores ("**Lei das Sociedades por Ações**").
- 2.2. A prestação da Fiança (conforme definido abaixo) e a celebração desta Escritura de Emissão pela Fiadora são realizadas de acordo com a autorização deliberada em Reunião do Conselho de Administração da Fiadora, realizada em 29 de setembro de 2014 ("**RCA da Fiadora**").

CLÁUSULA III - REQUISITOS

- 3.1. A 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente) será realizada em observância ao disposto na Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os requisitos a seguir.
- 3.2. **Arquivamento e Publicação dos Atos da Emissora e da Fiadora**
- 3.2.1. A ata da RCA da Emissora e a ata da AGE da Emissora que deliberaram sobre a Emissão serão devidamente: **(i)** arquivadas perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("**JUCESC**"); e **(ii)** publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no Diário Notícias do Dia de Santa Catarina (em conjunto, "**Jornais de Publicação da Emissora**").
- 3.2.2. A ata da RCA da Fiadora que deliberou sobre a Fiança será devidamente: **(i)** arquivada perante a Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF); e **(ii)** publicada no Jornal Diário Oficial da União e no Jornal "O Globo".
- 3.3. **Arquivamento da Escritura de Emissão e de Eventuais Aditamentos**
- 3.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESC, nos termos do inciso II e parágrafo terceiro do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data da respectiva assinatura, sendo certo que o efetivo registro será condição



essencial para a integralização das Debêntures. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário uma via original, devidamente registrada, desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos tempestivamente após o respectivo registro.

3.4. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

3.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e alterações posteriores ("**Oferta Restrita**" e "**Instrução CVM 476**", respectivamente), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.4.2. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e alterações posteriores ("**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**"), bem como nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.5. Registro na ANBIMA

3.5.1. A Oferta Restrita será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**"), exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 e nos termos do parágrafo primeiro, inciso I, e parágrafo segundo, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita pelo Coordenador Líder (conforme definido abaixo), de diretrizes específicas para o cumprimento da obrigação.

3.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

3.6.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição primária através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**"); e (ii) negociação secundária no Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("**CETIP 21**"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("**CETIP**"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



3.6.2. Não obstante o descrito no item 3.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados, e em conformidade com o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações constantes no artigo 17 da mesma Instrução.

3.7. **Registro nos Cartórios de Títulos e Documentos**

3.7.1. Em virtude da Fiança prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas (conforme definido abaixo), no prazo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contado da data de obtenção do registro na JUCESC da presente Escritura de Emissão, a Emissora deverá realizar, às suas expensas, o registro da Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de Brasília, Distrito Federal, entregando ao Agente Fiduciário uma via original, devidamente registrada, da Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos tempestivamente após os respectivos registros.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. **Objeto Social da Emissora**

4.1.1. A Emissora tem como objeto social o desenvolvimento, a implantação, a exploração, a operação e a manutenção de empreendimento de produção, transmissão, transformação e geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica, do parque eólico denominado Chuí 09, localizado no Estado do Rio Grande do Sul; a comercialização da energia elétrica gerada em seus empreendimentos; e a realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto.

4.2. **Destinação dos Recursos da Emissão**

4.2.1. Os recursos captados por meio desta Emissão serão integralmente destinados pela Emissora à construção, implantação e desenvolvimento do parque eólico denominado Chuí 09.



4.3. **Número da Emissão**

4.3.1. As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.4. **Número de Séries**

4.4.1. A Emissão será realizada em série única.

4.5. **Valor Total da Emissão**

4.5.1. O valor total da Emissão é de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.6. **Colocação, Procedimento e Registro de Distribuição**

4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com intermediação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("**Coordenador Líder**") e do Banco ABC Brasil S.A., na qualidade de instituição intermediária da Oferta Restrita ("**Coordenador**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "**Coordenadores**"), nos termos e condições a serem estabelecidos no "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da 1ª (Primeira) Emissão da Eólica Chuí IX S.A.", a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora ("**Contrato de Distribuição**").

4.6.1.1. Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures em regime de garantia firme de subscrição de forma individual e não solidária entre si.

4.6.2. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e alterações posteriores, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("**Investidores Qualificados**"). Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita: **(a)** todos os fundos de



investimento serão considerados Investidores Qualificados, mesmo que se destinem a investidores não qualificados; e **(b)** as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

- 4.6.3. No âmbito da Oferta Restrita: **(i)** será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e **(ii)** as Debêntures deverão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 3º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como único investidor para os fins dos limites previstos nos incisos (i) e (ii) do presente item.
- 4.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que: **(i)** a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada perante a ANBIMA, observado o disposto no item 3.5.1 acima; **(ii)** as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na Instrução CVM 476; e **(iii)** realizou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade da Fiança.
- 4.6.5. O investimento nas Debêntures não é adequado aos investidores que: **(i)** não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na Emissão ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e **(ii)** necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.
- 4.6.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.
- 4.6.7. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição previsto no Contrato de Distribuição.



- 4.6.8. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em hipótese alguma.
- 4.6.9. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula III acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto no artigo 7º-A e no parágrafo segundo do artigo 8º da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

- 5.1.1. Valor Nominal Unitário. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").
- 5.1.2. Atualização do Valor Nominal Unitário: Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.
- 5.1.3. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 250 (duzentas e cinquenta) Debêntures.
- 5.1.4. Forma. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, nos termos do parágrafo segundo do artigo 63 da Lei das Sociedades por Ações.
- 5.1.5. Comprovação de Titularidade. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures, emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme definido abaixo), onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"). Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.
- 5.1.6. Classe. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.



5.1.7. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, com garantia fidejussória, nos termos do item 5.8 abaixo.

5.1.8. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos, a data da emissão das Debêntures será 20 de outubro de 2014 ("**Data de Emissão**").

5.1.9. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 12 (doze) meses contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de outubro de 2015 ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo) e de vencimento antecipado das Debêntures, previstas nos itens 5.11.1 e 6.1.1 desta Escritura de Emissão, ocasião em que a Emissora obriga-se a realizar o pagamento das Debêntures pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) devidos.

5.2. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

5.2.1. As Debêntures poderão ser subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição por Investidores Qualificados, dentro do prazo de distribuição pública, conforme item 4.6 da presente Escritura de Emissão e observado o disposto no item 5.2.2 abaixo.

5.2.2. Todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP, em valor correspondente ao Preço de Subscrição, conforme definido a seguir. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados de acordo com o item 5.6.1 abaixo, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("**Preço de Subscrição**").

5.3. Direito de Preferência

5.3.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.4. Participação nos Lucros

5.4.1. As Debêntures não farão jus à participação nos lucros da Emissora.



5.5. **Prêmio de Reembolso**

5.5.1. As Debêntures não farão jus a prêmio de reembolso.

5.6. **Remuneração das Debêntures**

5.6.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, aplicando-se a fórmula descrita no item 5.6.3 abaixo ("Juros Remuneratórios").

5.6.1.1. Define-se como "**Período de Capitalização**" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na Data de Vencimento.

5.6.2. O pagamento dos Juros Remuneratórios será devido na Data de Vencimento, na data de vencimento antecipado ou na data do Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro.

5.6.3. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor unitário dos Juros Remuneratórios devido no final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator de Juros" é composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}, \text{ onde:}$$

1,5



"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{T DI}_k)$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI, sendo "k" um número inteiro;

"n" corresponde ao número total de Taxas DI consideradas no Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

"T DI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{T DI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

"spread" será de 1,90 (um inteiro e noventa centésimos);



"DP" é o número de dias úteis entre a Data de Emissão e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI", com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

5.6.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios, na referida data, será aplicada a última Taxa DI aplicável divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto pela Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

5.6.5. Na ausência da apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis ou em caso de extinção da Taxa DI, esta deverá ser substituída pelo devido substituto legal. No caso de inexistir substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), nos termos da Cláusula X abaixo, em até 2 (dois) Dias Úteis a contar da ciência pelo Agente Fiduciário do término do período de ausência da Taxa DI, para os Debenturistas



deliberarem, de comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("**Taxa Substitutiva**"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do Fator DI, a mesma taxa produzida pela última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI

- 5.6.6. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) ("**Quorum Qualificado**"), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim, o Agente Fiduciário deverá, nos termos da Cláusula X abaixo, realizar nova convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, para que a Emissora e os Debenturistas, de comum acordo, nomeiem Perito Independente (conforme definido abaixo) para a determinação do novo índice de atualização, o qual deverá refletir ao máximo a Taxa DI e que será exclusivo e vinculante à Emissora e aos Debenturistas ("**Novo Índice**"). Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo a estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o Novo Índice determinado pelo Perito Independente.

5.6.6.1. Não obstante o disposto nos itens 5.6.5 e 5.6.6 acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização das respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas, as referidas Assembleias Gerais de Debenturistas não serão mais realizadas, devendo a Taxa DI então divulgada ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

- 5.6.7. Caso a Taxa Substitutiva ou o Novo Índice, conforme o caso, seja referenciado em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a Taxa Substitutiva ou o Novo Índice, conforme o caso, deverá ser ajustado de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. As despesas com a contratação do Perito Independente serão de responsabilidade da Emissora.

5.6.7.1. A Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora, desde já, concordam em celebrar um aditamento à presente Escritura de Emissão, para prever neste instrumento a Taxa Substitutiva ou o Novo índice acordado, conforme o caso.



5.6.8. Para fins da presente Escritura de Emissão, considera-se **"Perito Independente"** a instituição financeira escolhida por Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, dentre 3 (três) instituições financeiras indicadas pela Emissora, que tenham classificação de risco mínima, em escala nacional, de AAA, ou em escala global, de BBB-, conferidas pela Fitch Ratings, Standard & Poor's ou Moody's.

5.6.9. Farão jus aos pagamentos dos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares de Debêntures no final do Dia Útil anterior à data de pagamento dos Juros Remuneratórios.

5.7. Amortização das Debêntures

5.7.1. O Valor Nominal Unitário na Data de Emissão será amortizado, integralmente, na Data de Vencimento, na data de vencimento antecipado ou na data do Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro ("Amortização").

5.8. Garantia Fidejussória

5.8.1. Em garantia do fiel e pontual pagamento de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das obrigações principais e acessórias da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, a Fiadora, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, presta fiança em favor dos Debenturistas, responsabilizando-se pelo fiel e integral cumprimento de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das obrigações assumidas pela Emissora, desde que inadimplidas, nos termos deste instrumento. A Fiadora obriga-se pelo pagamento integral de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das obrigações da Emissora, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento dos valores devidos pela Emissora, nos termos da presente Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão, incluindo, mas não se limitando aos encargos moratórios aplicáveis, devidos pela Emissora, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, incluindo honorários advocatícios e



despesas judiciais, apurados conforme decisão judicial transitada em julgado ("Fiança").

- 5.8.2. A Fiadora renuncia expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos no parágrafo único do artigo 333, nos artigos 366, 368, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e alterações posteriores ("**Código Civil Brasileiro**") e dos artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 e alterações posteriores ("**Código de Processo Civil Brasileiro**").
- 5.8.3. Os valores devidos aos Debenturistas em decorrência da Fiança serão pagos pela Fiadora, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora, informando a falta de pagamento, na Data de Vencimento ou quando tais pagamentos tornarem-se exigíveis, dos valores devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração e encargos de qualquer natureza, observado ainda o disposto no item 5.8.1 acima. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observados os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.
- 5.8.4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 5.8.5. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, nos termos do item 5.8.3 acima, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações garantidas, sendo certo que a não excussão da Fiança pelo Agente Fiduciário não ensejará, em nenhuma hipótese, perda do direito de excussão da Fiança pelos Debenturistas.
- 5.8.6. A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o integral cumprimento de todas as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, dentre estes, os Juros



Remuneratórios, o prêmio pelo Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrida pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, ordinárias ou extraordinárias, dentre estas, em decorrência de processos, procedimentos ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, incluindo honorários advocatícios e despesas judiciais, apurados conforme decisão judicial transitada em julgado.

5.8.7. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações ou quaisquer outras modificações nas condições das Debêntures, da Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão.

5.8.8. A Fiadora somente poderá exigir ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela Fiadora, nos termos da Fiança, após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

5.9. Condições de Pagamento

5.9.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão realizados conforme o disposto nos itens a seguir:

5.9.1.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão realizados pela Emissora: **(i)** utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou **(ii)** na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, **(a)** na sede da Emissora ou **(b)** conforme o caso, pelo Escriturador Mandatário.

5.9.1.2. Todo vencimento de pagamentos que ocorra em sábado, domingo ou feriado declarado nacional, inclusive perante a CETIP, será, para todos os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, prorrogado para o Dia Útil subsequente.

5.9.1.3. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso, independentemente da incidência dos Juros Remuneratórios, ficarão sujeitos a: **(i)** multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e **(ii)** juros de mora calculados desde a data do inadimplemento



até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.9.1.4. Caso os Debenturistas gozem de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, estes deverão encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

5.9.1.5. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios ou dos encargos moratórios aplicáveis no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhes, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.10. **Repactuação**

5.10.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.11. **Resgate Antecipado Facultativo**

5.11.1. A partir do final do 6º (sexto) mês, após a Data de Emissão, as Debêntures poderão ser parcial ou totalmente resgatadas por iniciativa da Emissora ("**Resgate Antecipado Facultativo**").

5.11.2. A Emissora poderá notificar a totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço e na forma disposta no item 12.7.1 abaixo ou alternativamente, a seu exclusivo critério, publicar aviso aos Debenturistas, nos termos do item 12.6.1 abaixo, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, acerca do Resgate Antecipado Facultativo, informando: (i) a data pretendida para a realização do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) a quantidade de Debêntures que serão resgatadas; (iii) que o valor correspondente ao pagamento será calculado nos termos do item 5.11.3 abaixo; e (iv) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.



5.11.3.O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures pela Emissora, no todo ou em parte, será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido de prêmio equivalente a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos encargos moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento ("**Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo**").

5.11.4.O Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo será calculado pelo prazo a decorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento das Debêntures, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio} = \frac{P \times (DU)}{252} \times P.U.$$

Onde:

P = 0,15% (quinze centésimos por cento);

DU = número de Dias Úteis entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento; e

P.U = Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do Resgate Antecipado Facultativo, bem como de eventuais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo.

5.11.5.O Resgate Antecipado Facultativo parcial deverá ser realizado de acordo com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas do processo de validação do Resgate Antecipado Facultativo parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Para todos os fins e efeitos, o sorteio das Debêntures, nos termos do parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, será coordenado pelo Agente Fiduciário.



5.11.6. No caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Facultativo será realizado pelo Banco Liquidante de Emissão (conforme definido abaixo), mediante depósito em contas correntes a serem indicadas pelos Debenturistas.

5.11.7. A data do Resgate Antecipado Facultativo deverá ser, obrigatoriamente, um Dia Útil.

5.11.8. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data pretendida para a realização do Resgate Antecipado Facultativo.

5.12. Aquisição Antecipada Facultativa

5.12.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, adquirir no mercado as Debêntures: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, conforme disposto no artigo 55, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (c) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos Juros Remuneratórios, nos termos desta Escritura de Emissão, assim como as Debêntures que ainda estiverem em circulação.

CLÁUSULA VI - VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Vencimento Antecipado

6.1.1. O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto no item 6.1.3 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da presente Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e pela Fiadora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos encargos moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, na



ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- (i) ocorrência de qualquer uma das situações previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil Brasileiro;
- (ii) requerimento de autofalência ou pedido de recuperação extrajudicial ou judicial, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, formulado pela Emissora;
- (iii) extinção, liquidação, dissolução, pedido de falência, apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação, de sua concessão ou concordância, não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora;
- (iv) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, na data em que for devida, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;
- (v) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão ou nos demais documentos da Emissão, respeitado os eventuais prazos de cura, conforme o caso, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) dias contado da data de ocorrência do descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (vi) não pagamento na data de vencimento original de quaisquer obrigações decorrentes de operações realizadas pela Emissora, com qualquer instituição financeira, tais como empréstimos, financiamentos, debêntures, exceto as Debêntures objeto desta Emissão, notas promissórias ou qualquer outro título e valor mobiliário da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou em valor equivalente em outras moedas, a ser corrigido anualmente, ou na menor periodicidade admitida por lei, pela variação positiva do IPCA a partir da Data de Emissão, salvo se: (a) a cobrança ou exigência de pagamento tiver sido realizada por erro, dolo ou má fé, desde que



validamente comprovada pela Emissora; ou **(b)** se for cancelado, susinado ou por qualquer forma, suspenso, dentro do prazo de 10 (dez) dias da data do devido pagamento;

- (vii) sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado, realização de cisão, fusão, incorporação, venda, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora;
- (viii) alteração de controle, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, direto ou indireto, da Emissora;
- (ix) protesto de títulos contra a Emissora ou sua inclusão em cadastros de instituições de proteção ao crédito, tal como SPC e Serasa, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, cujo valor protestado ou declarado no cadastro de instituição de proteção ao crédito, conforme o caso, seja, no individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se, dentro de 10 (dez) Dias Úteis: **(a)** restar validamente comprovado pela Emissora que o protesto foi realizado por erro ou má fé de terceiros; ou **(b)** o protesto for cancelado ou susinado;
- (x) não cumprimento de decisão arbitral, judicial ou administrativa final e irrecurível, mandado de penhora ou processo semelhante ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (xi) existência de qualquer demanda judicial ou administrativa que vise, de qualquer forma, questionar ou invalidar as obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão ou dos demais documentos da Emissão, cujos efeitos não tenham sido suspensos pela interposição de recursos cabíveis no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de propositura da referida demanda;
- (xii) sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado, realização da redução do capital social, resgate ou amortização de ações da Emissora;



- (xiii) transformação da Emissora em sociedade limitada ou qualquer outro tipo de sociedade, nos termos dos artigos 220 e 221 da Lei das Sociedades por Ações e sem prejuízo do disposto no artigo 222 da referida lei;
- (xiv) sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado, realização de mudança ou alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seus respectivos estatutos sociais vigentes na data da presente Escritura de Emissão, de forma a alterar suas respectivas atividades principais ou agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (xv) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, inconsistentes ou insuficientes quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pela Fiadora nesta Escritura de Emissão ou nos demais documentos da Emissão;
- (xvi) aplicação dos recursos decorrentes da Emissão em destinação diversa da prevista no item 4.2.1 desta Escritura de Emissão;
- (xvii) se a Escritura de Emissão ou a Fiança: **(a)** forem anuladas em juízo; ou **(b)** de qualquer forma, deixarem de existir por comprovada ação ou omissão da Emissora ou da Fiadora;
- (xviii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades da Emissora, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprovar a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção das referidas licenças ou autorizações;
- (xix) alienação, cessão, doação, contribuição ao capital social ou a transferência, por qualquer meio, de bens, ativos ou direitos de propriedade da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);



(xx) constituição de qualquer espécie de ônus ou gravames sobre quaisquer bens, ativos ou direitos de propriedade da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e

(xxi) celebração, pela Emissora, de mútuos, empréstimos ou adiantamentos a quaisquer afiliadas, seus acionistas ou qualquer outra parte relacionada.

6.1.2. As Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente da convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, se ocorrer quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos incisos (i), (ii), (iii), (iv), (v) e (vi) do item 6.1.1 acima.

6.1.3. Os Debenturistas poderão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas conforme disposto abaixo, deliberar sobre a eventual declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures, na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento não mencionados expressamente no item 6.1.2 acima e observados os respectivos prazos de cura.

6.1.3.1. Na hipótese prevista no item 6.1.3 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Inadimplemento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.3.2. Caso os Debenturistas, na Assembleia Geral de Debenturistas convocada pelo Agente Fiduciário, decidam, por decisão de Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado, pelo vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário notificará a Emissora, em até 1 (um) Dia Útil ("**Notificação de Vencimento Antecipado**"), acerca da referida decisão.

6.1.3.3. Na data em que a Emissora receber referida comunicação será considerado o vencimento antecipado das Debêntures e, a partir de tal data, a Emissora terá 5 (cinco) Dias Úteis para pagar o valor correspondente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos desde a Data de Emissão até a Data do Evento de Inadimplemento, acrescido de multa e demais encargos



moratórios, nos termos desta Escritura de Emissão ("**Saldo na Data do Evento de Inadimplemento**").

6.1.3.4. Caso, em sendo realizada a 1ª (primeira) convocação da Assembleia Geral de Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, esta não venha a se realizar, ou caso a Assembleia Geral de Debenturistas se realize e não haja, respeitada a forma de convocação, o Quorum Qualificado nos termos do item 6.1.3.2 acima, o vencimento antecipado das Debêntures não será decretado até que seja convocada nova Assembleia Geral de Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias.

6.1.4. Caso, em sendo convocada uma 2ª (segunda) Assembleia Geral de Debenturistas pelo Agente Fiduciário, esta não venha a se realizar, ou caso a referida Assembleia Geral de Debenturistas se realize e não haja, respeitada a forma de convocação, o Quorum Qualificado nos termos do item 6.1.3.2 acima, o Agente Fiduciário deverá:

- (i) declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures; e
- (ii) enviar a Notificação de Vencimento Antecipado à Emissora, a fim de exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Saldo na Data do Evento de Inadimplemento.

CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

7.1. Obrigações Adicionais da Emissora

7.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir as disposições abaixo:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário: **(a)** qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis; e **(b)** informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência de sua ocorrência;



- (ii) apresentar aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, conforme solicitado, em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação escrita neste sentido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória, relacionados a esta Escritura de Emissão;
- (iii) apresentar ao Agente Fiduciário, dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social: **(a)** cópia das demonstrações financeiras completas e devidamente auditadas por empresa de auditoria cadastrada na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e **(b)** declaração assinada por representante legal da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: **(b.i)** que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; **(b.ii)** a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e **(b.iii)** que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora;
- (iv) apresentar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, cópias de todas as atas das assembleias gerais de acionistas, das reuniões do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal da Emissora e da Fiadora, conforme o caso, que envolvam os interesses dos Debenturistas;
- (v) fornecer aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, todas as informações corretas, completas e necessárias para atender aos requisitos da Emissão, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (vi) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões e aprovações essenciais ao desenvolvimento das atividades preponderantes da Emissora;
- (vii) cumprir todas as exigências técnicas estabelecidas nas referidas licenças, assim como manter em vigor todos os contratos e demais acordos relevantes e que representem condição fundamental para a consecução do seu objeto social e para o seu funcionamento regular;



- (viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (ix) em caso de eventos que venham a caracterizar vencimento antecipado, ressarcir os Debenturistas, mediante pagamento de valores devidos, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (x) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (xi) cumprir a legislação ambiental e trabalhista em vigor, exceto por aquelas em que a Emissora adote as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (xii) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer das matérias relacionadas à presente Emissão, sempre que necessário;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, sempre que solicitada e convocada, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xiv) manter, conservar e preservar, em boa ordem e condições de funcionamento, todos os bens substanciais, necessários ou úteis para a devida condução dos negócios da Emissora;
- (xv) não realizar alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data desta Escritura de Emissão;
- (xvi) manter em situação regular suas obrigações junto a autoridades governamentais competentes, durante o prazo de vigência desta Escritura de Emissão;
- (xvii) contratar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às



obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e a CETIP/depositário central, bem como realizar todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;

- (xviii) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 e alterações posteriores ("**Instrução CVM 358**"), nos termos da Instrução CVM 476;
- (xix) notificar o Agente Fiduciário e autoridades cabíveis em até 2 (dois) Dias Úteis sobre qualquer alteração substancial nas condições, financeiras ou não, ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (xx) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures em desacordo com a regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores ("**Instrução CVM 400**"); e
- (xxi) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (x) do item 9.3.1 no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xi) do item 9.3.1 abaixo.

7.1.2. Além das obrigações gerais acima descritas, são obrigações específicas da Emissora, nos termos da Instrução CVM 476:



- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita e ao Agente Fiduciário;
- (vii) cumprir com o disposto no artigo 48 da Instrução CVM 400, ressalvado o disposto no seu inciso III;
- (viii) fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (ix) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores, nos termos dos incisos (iii) e (vi) deste item; e
- (x) manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476. Os documentos e informações a que se refere o presente item podem ser guardados em meios físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas.



CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. Declarações

8.1.1. A Emissora e a Fiadora, naquilo que lhes couber e conforme aplicável, de forma individual e não solidária, neste ato, declaram e garantem que:

- (i) são sociedades comerciais devidamente organizadas na forma de sociedade anônima, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias, se for o caso, à celebração desta Escritura de Emissão, bem como à Emissão e ao cumprimento de suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão constituem obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora e da Fiadora, conforme o caso, exequível de acordo com seus respectivos termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tais obrigações não se encontram subordinadas a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, a Emissão e a prestação da Fiança pela Fiadora foram devidamente autorizadas pelos seus respectivos órgãos estatutários competentes, conforme o caso, e não infringem: **(a)** seu estatuto social; ou **(b)** qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (v) a celebração desta Escritura de Emissão, a prestação da Fiança e a Emissão não infringem qualquer: **(a)** disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou a Fiadora ou qualquer de seus bens ou propriedades; **(b)** contrato ou instrumento do qual a Emissora ou a Fiadora seja parte; ou **(c)**



obrigação anteriormente assumida pela Emissora ou pela Fiadora, nem irão resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos ou rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

- (vi) não omitiram ou omitirão nenhum fato substancial que possa resultar em alteração substancial de suas respectivas situações econômico financeiras ou jurídicas em prejuízo dos Debenturistas;
- (vii) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora e da Fiadora, nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora e da Fiadora, referentes aos períodos encerrados em tais datas;
- (viii) as informações financeiras da Emissora e da Fiadora foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso substancial na situação financeira e nos resultados operacionais em questão;
- (ix) encontram-se adimplentes no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais;
- (x) detêm todas as autorizações e licenças necessárias, inclusive ambientais, societárias e regulatórias, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o regular exercício de suas atividades;
- (xi) seus respectivos representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm plenos poderes estatutários para representar a Emissora e a Fiadora, conforme o caso, na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (xii) estão cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais,



autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas questionadas, de boa fé, no âmbito arbitral ou judicial;

- (xiii) a Emissora e a Fiadora não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xiv) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão; e
- (xv) manterão em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento.

8.1.2. A Emissora e a Fiadora comprometem-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário, caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Agente Fiduciário

9.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar os Debenturistas perante a Emissora e a Fiadora.

9.2. Substituição

9.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora realizá-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo



certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.2.6 abaixo.

- 9.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso do inciso (ii) do item 9.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, para que esta comunique aos Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 9.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
- 9.2.4. A substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos prescritos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 e alterações posteriores ("**Instrução CVM 28**") e deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESC, nos termos do item 3.3.1 desta Escritura de Emissão e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas localidades descritas no item 3.7.1 desta Escritura de Emissão.
- 9.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
- 9.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado



a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M/FGV.

9.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 9.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

9.2.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.

9.3. **Deveres**

9.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papeis relacionados ao exercício de suas funções;
- (iv) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles



existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;

- (v) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (vi) acompanhar o cálculo e a apuração dos Juros Remuneratórios e da Amortização, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (vii) verificar a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e da Fiadora;
- (ix) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, por pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve realizar suas publicações;
- (x) elaborar o relatório anual, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



- (e) resgate, amortização, repactuação e pagamento dos Juros Remuneratórios realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da presente Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (h) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Fiança;
- (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por suas afiliadas ou por companhias integrantes do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: **(a)** denominação da companhia ofertante; **(b)** valor da emissão; **(c)** quantidade de debêntures emitidas; **(d)** espécie; **(e)** prazo de vencimento das debêntures; **(f)** tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e **(g)** eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (xi) colocar o relatório de que trata o inciso (x) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: **(a)** na sede da Emissora; **(b)** no seu escritório; **(c)** na CVM; e **(d)** na sede do Coordenador Líder;
- (xii) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva realizar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso (xi) acima;



- (xiii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (xiv) comunicar a Emissora acerca da declaração de vencimento antecipado das Debêntures;
- (xv) solicitar, quando considerar necessário, inclusive se requisitado pelos Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xvi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e à CETIP, e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;
- (xviii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas de forma parcial;
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data em que tomar ciência da ocorrência de um Evento de Inadimplemento ou de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, inclusive as hipóteses previstas nos incisos do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM;
- (xx) divulgar as informações referidas na alínea (I) do inciso (x) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;



- (xxi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexactidões constantes de tais informações;
- (xxii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da presente Escritura de Emissão e da legislação vigente;
- (xxiii) encaminhar aos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada; e
- (xxiv) verificar e validar o cálculo do Valor Nominal Unitário e dos Juros Remuneratórios das Debêntures, realizado pela Emissora, e disponibilizá-lo aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de seu *website*;

9.4. **Atribuições Específicas**

9.4.1. Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto no item 6.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (iv) cobrar o pagamento e o fiel cumprimento da Fiança, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão, aplicando o respectivo produto na amortização ou liquidação integral das Debêntures e das obrigações da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão; e



- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

9.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (i), (ii), (iii) e (iv) do item 9.4.1 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do inciso (v), será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

9.4.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração dos documentos societários da Emissora.

9.4.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5. **Declarações do Agente Fiduciário**

9.5.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:



- (i) não ter nenhum impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (iii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (v) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável;
- (vi) que a presente Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculante e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (viii) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (ix) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28; e
- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto.



9.6. **Remuneração do Agente Fiduciário**

- 9.6.1. Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcela única de R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), devida pela Emissora, sendo a parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão. Os honorários serão devidos mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, calculados *pro rata die*, se necessário.
- 9.6.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 9.6.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 9.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M/FGV, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata o item 9.6.1, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.
- 9.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.6.5. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: **(i)** ISS (imposto sobre serviço de qualquer natureza); **(ii)** PIS (contribuição ao programa de integração social); **(iii)** COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social); e **(iv)** quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (imposto de renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 9.6.6. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.



9.7. **Despesas**

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento pela Emissora a que se refere o item 9.7.1 acima será realizado em 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3. Não obstante o disposto no item 9.7.1 acima, os Debenturistas poderão, sempre que possível e desde que previamente aprovadas, adiantar, ao Agente Fiduciário, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, tais despesas deverão ser ressarcidas pela Emissora.

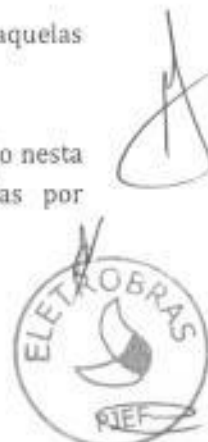
9.7.3.1. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

9.7.3.2. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere este item 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

1.2



- (ii) extração de certidões, fotocópias, digitalizações e envio de documentos;
- (iii) despesas com conferências telefônicas;
- (iv) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação e transportes, quando necessários ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- (v) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido pago ou reembolsado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Assembleia Geral de Debenturistas

- 10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("**Assembleia Geral de Debenturistas**").
- 10.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a titularidade de 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, em jornais de grande circulação e diários oficiais e nos prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na hipótese de haver apenas um Debenturista, a convocação ficará dispensada.
- 10.1.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para assembleias gerais de acionistas.
- 10.1.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a titularidade de 50%



(cinquenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

- 10.1.5. Independentemente das formalidades previstas na lei e nesta Escritura de Emissão para convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares da totalidade das Debêntures em Circulação.
- 10.1.6. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora, diretas ou indiretas, controladoras, ou grupo de controle, sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
- 10.1.7. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto.
- 10.1.8. Ressalvado o disposto no item 10.1.9 abaixo, toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, o Quorum Qualificado, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.
- 10.1.9. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável da totalidade dos Debenturistas, aprovar: (i) qualquer modificação nos termos e condições das Debêntures estabelecidos nas seguintes cláusulas desta Escritura de Emissão: Cláusula IV (Características da Emissão), Cláusula V (Características das Debêntures), Cláusula VI (Vencimento Antecipado), item 7.1.1 da Cláusula VII (Obrigações Adicionais) e Cláusula X (Assembleia Geral de Debenturistas); e (ii) o pedido de dispensa de cumprimento de obrigações assumidas pela Emissora e Fiadora no âmbito desta Escritura de Emissão (*waiver*).
- 10.1.10. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao representante do Debenturista eleito pelos demais Debenturistas, mediante deliberação majoritária.



10.1.11. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contado da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.1.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

CLÁUSULA XI - BANCO LIQUIDANTE DE EMISSÃO E ESCRITURADOR MANDATÁRIO

11.1. O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 será o banco liquidante de emissão ("**Banco Liquidante de Emissão**").

11.2. O escriturador mandatário das Debêntures será o Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, Parte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("**Escriturador Mandatário**").

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Renúncia

12.1.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações



assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. **Custos de Registro**

12.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos e dos atos societários relacionados à Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.3. **Irrevogabilidade**

12.3.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.4. **Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas e dos Itens**

12.4.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4.2. Os títulos das cláusulas e itens desta Escritura de Emissão são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura de Emissão.

12.5. **Título Executivo Extrajudicial**

12.5.1. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das partes por força desta Escritura de Emissão poderá ser cobrada via processo de execução específico, visto que as partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.



12.6. Publicidade

12.6.1. Observado o disposto no item 5.11.2 acima, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação da Emissora ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores no prazo mínimo de 3 (três) Dias Úteis da ciência do ato a ser divulgado, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, a mesma deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo jornal e publicar, nos Jornais de Publicação da Emissora anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

12.7. Comunicações

12.7.1. Todas as notificações, solicitações e outras comunicações previstas nesta Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente feitas por escrito e serão entregues em mãos, enviadas por meio certificado ou registrado, com aviso de recebimento, ou entregue por portador, e-mail ou fac-símile, para os seguintes endereços:

(i) Se para o Agente Fiduciário ou para os Debenturistas:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ, CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

e-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br



(ii) Se para a Emissora:

EÓLICA CHUÍ IX S.A.

Rua Deputado Antonio Edu Vieira, nº 999, sala X1, Térreo, Pantanal
Florianópolis, SC, 88040-901

At.: Sr. Nedir Pedro Alexandre

Telefone: (48) 3365-7800

Fac-símile: (48) 3365-7800

e-mail: nedir.alexandre@eletrosul.gov.br

(iii) Se para a CETIP:

CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
São Paulo, SP, 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

(iv) Se para o Banco Liquidante de Emissão:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal
São Paulo, SP, 04344-902

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(v) Se para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, Parte
04538-132 - São Paulo - SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br



(vi) Se para a Fiadora:

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

Avenida Presidente Vargas, nº 409, 13º andar, Centro

Rio de Janeiro, RJ, 20071-003

At.: Sr. Armando Casado de Araújo

Telefone: (21) 2514 6435

Fac-símile: (21) 2514 5714

e-mail: df@eletrobras.com

12.7.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.7.3. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

12.8. **Prorrogação dos Prazos**

12.8.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

12.8.2. Considera-se "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

12.9. **Cessão**

12.9.1. A Emissora não poderá alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas. Os Debenturistas poderão alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de



Emissão sem a necessidade de obtenção do consentimento prévio da Emissora.

12.10. **Verificação de Veracidade**

12.10.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por culpa ou dolo do Agente Fiduciário.

12.10.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos diretos, perdas, custos ou despesas, incluindo custas judiciais e honorários advocatícios, incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Escritura de Emissão.

12.10.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário: (I) que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; ou (II) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

12.11. **Lei Aplicável**

12.11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.12. **Eleição de Foro**

12.12.1. Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir qualquer questão decorrente desta Escritura de Emissão.



E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura de Emissão, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Florianópolis, 17 de outubro de 2014



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Eólica Chuí IX S.A.

EÓLICA CHUÍ IX S.A.
na qualidade de Emissora


Nome: João Nunes Ramis
Cargo: Diretor Presidente


Nome: Nedir Pedro Alexandre
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro





Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Eólica Chul IX S.A.

PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas

Nome:

Cargo:



Marco Aurélio Machado Ferreira
Diretor






Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Eólica Chuí IX S.A.

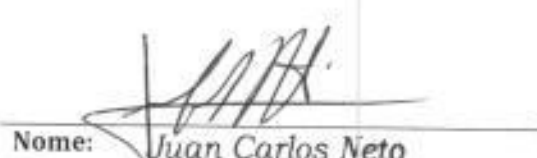
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
na qualidade de Fiadora


Nome: José Antonio Muniz Lopes
Cargo: Presidente em Exercício


Nome: Armando Casado de Araujo
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Testemunhas:


Nome: Adriana Luiza Rathke
RG: Analista Contábil
RG 4066326391


Nome: Juan Carlos Neto
RG: Controller Financeiro
RNE 0347344-A

